



INTRODUÇÃO AO RESGATE LINGUÍSTICO DE LÍNGUAS INDÍGENAS E MINORIZADAS

INTRODUCTION TO THE LINGUISTIC REVITALIZATION
OF INDIGENOUS AND MINORITIZED LANGUAGES

Ivana Pereira Ivo¹
Universidade Estadual de Campinas

Davi Borges de Albuquerque²
Universidade de Nankai

Este Dossiê, “O Resgate Linguístico de Línguas Indígenas e Minorizadas”, tem como foco inspirar reflexões sobre uma área que tem fomentado diferentes Projetos de Pesquisa e de Extensão Universitária no Brasil, sob diferentes rótulos, como revitalização, retomada, resgate, dentre outros.

Pensar na revitalização ou retomada/resgate de línguas minorizadas é retomar a história ocorrida no Brasil e em outros tantos países que, por diferentes caminhos, silenciaram incontáveis línguas indígenas. Rodrigues (1993) propôs

¹ ivo.ivana@gmail.com

² albuquerque07@gmail.com

um número estimado de 1.175 línguas faladas, no começo da colonização europeia, no território que viria a ser o Brasil, número que foi drasticamente reduzido a aproximadamente 150 línguas faladas contemporaneamente (Storto, 2019). Além dessa redução numérica, as línguas indígenas faladas no Brasil apresentam outro dado incômodo, o iminente desaparecimento delas, por fatores diversos e complexos:

A tendência é que as línguas faladas hoje em território nacional desapareçam completamente nos próximos 50 ou 100 anos por tratar-se de línguas representadas por um número baixo de falantes e que já estão deixando de ser faladas pelas crianças em muitas comunidades indígenas (Storto, 2019, p. 8).

Por meio de estratégias políticas, as línguas de domínio sócio-político chegam ao *status* de “línguas nacionais”, ocupando espaços e constituindo-se, por exemplo, em muitos casos, como única língua de instrução no contexto da educação escolar indígena e única língua presente nos livros didáticos, impondo-se, assim, como meio exclusivo para a aquisição do conhecimento. É também por meio de estratégias e planejamento linguístico que as línguas indígenas podem ser fortalecidas. A escrita de uma língua, o que passa pela definição de normas ortográficas, elaboração de dicionários e produção de materiais de apoio didático podem ser estratégias válidas.

No Brasil, no contexto escolar, a língua portuguesa foi imposta sob a ideia de um suposto projeto modernizador do Estado, uma ação política, a elaboração, em 1755, do *Diretório dos Índios* (o chamado *Diretório Pombalino*)³, proposto pelo Marquês de Pombal, então ministro do rei de Portugal, D. José I, e estendido ao Estado do Brasil por meio do Alvará de Confirmação, em agosto de 1759. O sexto parágrafo do *Diretório* é bastante revelador (ver nota 2) ao explicitar a instrução

³ Os fragmentos do diretório citados neste trabalho foram retirados de um texto digitado a partir das cópias dos originais publicadas no livro *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*, de Rita Heloísa de Almeida, Ed. UnB, 1997.

para o uso exclusivo da língua portuguesa e a proibição ao uso das línguas nativas⁴. Naturalmente, foram diversos os fatores que contribuíram para o apagamento das línguas indígenas, sejam as guerras que conseguiram exterminar nações inteiras, as epidemias, a força de alguns contatos linguísticos que resultaram na substituição de algumas línguas indígenas pela língua de domínio, as mudanças nas configurações sociais e nas dinâmicas econômicas, como o início da escravização dos africanos e a consequente entrada de suas línguas na trama linguística já complexa.

Dentre os fatores acima mencionados e tantos outros, a política educacional ‘garantiu’, dia a dia, o uso exclusivo da língua portuguesa no contexto da educação escolar, um verdadeiro quadro de conflito linguístico⁵, que se manifesta, segundo Ninyoles (1989 *apud* Lagares, 2018, p. 135), em quatro esferas, “a do governo, a educativa, a religiosa e a do trabalho”. Desse modo, como vemos, a esfera educativa pode se configurar, em alguns contextos, como mecanismo político que, de modo consciente ou não, tem silenciado as línguas já minorizadas social e politicamente, produzindo, em diversas situações, a

⁴§ 6º – Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e ter mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe. Observando, pois, todas as Nações polidas do Mundo, este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela **o uso da Língua, que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica**, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. Para desterrar esse perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores **estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e as Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa**, na forma que Sua Majestade tem recomendado em repetidas ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado [grifo nosso]” (Destaques adicionados).

⁵ Segundo Franceschini (2011, p. 42), “o termo *conflito* foi empregado por Aracil (1965) para designar a existência de duas ou mais línguas em um mesmo espaço geossocial; segundo esse autor o conflito linguístico faria parte de outros conflitos que seriam conflitos de poder”. (Destaque da autora)

substituição linguística, ainda que haja leis que garantam o uso das línguas indígenas nas unidades escolares em funcionamento nas aldeias (ver Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, 1998 e Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei nº 9.394/96).

Calvet (2007) compreende *política linguística* como a determinação de decisões sobre as relações entre as línguas e as sociedades, e *planejamento linguístico* como a implementação dessas decisões,

Reiteremos: tratamos aqui da emergência de um conceito, o de política/planejamento linguístico, que implica ao mesmo tempo uma abordagem científica das situações sociolinguísticas, a elaboração de um tipo de intervenção sobre essas situações e os meios para se fazer essa intervenção (Calvet, 2007, p. 19).

De modo eficaz, propostas de política/planejamento linguístico podem partir das próprias comunidades indígenas, o que tem ocorrido em diferentes regiões do Brasil atualmente. No afã de se promover a valorização e o uso das línguas indígenas e de outras línguas minorizadas, há projetos dedicados ao estudo das línguas em risco de extinção, quase sempre vinculados à educação escolar indígena. Um caminho tem sido a promoção do estudo dessas línguas por meio de obras antigas, o que podemos nomear como *estudo de línguas indígenas clássicas* e ilustrar com o estudo do Tupi Antigo, por diferentes grupos, como o *Tupinambá*, o *Tupiniquim* etc., e também com o estudo de línguas da família linguística Kiriri, nas variedades *Kipeá* e *Dzubukuá*, ambas com fonte documental produzida a partir do século XVI, sejam gramáticas, catecismos, vocabulários, cartas e outros.

Outros caminhos metodológicos específico têm sido apontados, como o estudo e o ensino de vocabulário, o levantamento lexical a partir daqueles que guardam memória dos dados linguísticos, a documentação de narrativas indígenas, o que avança para uma revitalização ou retomada linguística, mas

também para uma revitalização cultural, a produção e o registro de diferentes tipos de literatura indígena, dentre outras tantas propostas, que têm como intuito abrir caminhos para a revitalização, a retomada/resgate, valorização e fortalecimento das línguas indígenas.

São movimentos políticos que empurram as línguas indígenas ao esquecimento, ao apagamento e à conseqüente substituição pela língua nacional, tirando delas as condições de uso ao exercerem sobre elas diferentes formas de poder.

Ser minoria não é uma questão numérica. As minorias existem sempre em relação a uma posição hegemônica dada. Por isso, prefiro falar em línguas em situação minoritária ou, simplesmente, línguas minorizadas, para me referir aos idiomas que não dispõem dos equipamentos a serviço das línguas hegemônicas; ou bem às situações em que uma língua se encontra à margem das estruturas de poder (Lagares, 2018, p. 121).

As políticas linguísticas impostas aos povos indígenas produzem resultados diversos, dentre eles o preconceito linguístico, fazendo com que línguas minorizadas sejam erroneamente rotuladas como incompletas, falhas, limitadas e até exóticas. Conforme explica Lagares (2018, p. 132), pesquisas sobre línguas e minorias linguísticas têm questionado, desde os anos 1960, “a operacionalidade do conceito para se referirem às relações de poder entre falantes de línguas ou variedades diferentes”, mencionando o termo *conflito linguístico*, o que podemos compreender a partir das evidências de desequilíbrio nas condições sociais de uso das línguas. Geralmente, as línguas minorizadas não exercem funções ou papéis sociais relevantes na sociedade de domínio, o que favorece uma inevitável substituição linguística.

Com isso, particularidades podem surgir no complexo processo de retomada/resgate, revitalização e manutenção de uma língua minorizada, visto que alguns aspectos podem ir além das questões estritamente linguísticas ou entrelaçarem-se com outras áreas ou diferentes campos de estudo, como a adoção

de línguas faladas por outros grupos indígenas, em contextos de descontinuação linguística, ou a elaboração de neologismos, algumas vezes distantes da estrutura linguística prevista, em contextos de perda linguística. Contudo, constituem-se esforços para (re)construir, resgatar e/ou dar continuidade às suas histórias e identidades e, como parte da sociedade civil, precisamos agir e exigir das instituições governamentais e da comunidade científica o suporte necessário para auxiliá-los nessas ações e práticas humanas e linguísticas fundamentais.

Algumas das propostas voltadas à revitalização são abordadas nesse Dossiê, como o leitor encontrará no texto “A ABORDAGEM BASEADA EM TAREFAS E O ENSINO DO VOCABULÁRIO NO CONTEXTO DE REVITALIZAÇÃO DE LÍNGUAS”, uma proposta de ensino de vocabulário de uma língua indígena, a partir do uso de uma metodologia proposta para o ensino de línguas estrangeiras, o que tem sido aplicado em algumas pesquisas inseridas em contextos de revitalização linguística. O texto apresenta essa proposta para o ensino da língua Mundurukú (língua Tupi), falada no Amazonas. Nesse artigo, o leitor irá refletir sobre o caminho teórico-metodológico apresentado e, também, será levado a pensar sobre as propostas de (re)definição ortográfica para as línguas indígenas no Brasil, muitas vezes submissas ao funcionamento da língua nacional, bem como será levado a pensar sobre os resultados do contato linguístico e seus reflexos nas línguas indígenas.

No artigo “CORPO INDÍGENA CAÇADOR, ENDOLINGUAGEM E VOZ: A CANTORIA URY VWA NA FLORESTA DOS GUAYAQUI-ACHÉ DO PARAGUAI”, é possível retomar a ideia de que línguas naturais são, segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 3), um recurso para construir significado dentro de um contexto, o que irá envolver a relação língua x cultura, como um sistema interligado. O leitor irá refletir sobre o funcionamento textual-discursivo do corpo do homem indígena caçador, analisando o seu canto por meio de uma

articulação que envolve três caminhos teóricos, a Análise do Discurso, Línguas Indígenas e Antropologia.

No texto “LÍNGUA DE SINAIS PAITER SURUI: ESTUDO COMPARATIVO”, há uma temática crucial sobre o estudo das línguas indígenas de sinais. Se são verificados apagamentos, desvalorização e ainda pouco conhecimento sobre as línguas indígenas faladas no Brasil, tanto maior é o desconhecimento sobre as línguas indígenas de sinais, daí a grande contribuição desse artigo. O texto apresenta uma análise da estrutura de alguns sinais da Língua de Sinais Paiter Surui, da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada na divisa dos Estados de Mato Grosso e Rondônia, com o objetivo de identificar características básicas de funcionamento da língua sinalizada.

O artigo “O MIRANDÊS SOBREVIVERÁ AO SÉCULO XXI? RETRATOS DE UMA LÍNGUA MENORIZADA EM PORTUGAL” nos leva a refletir sobre diferentes mecanismos que podem apagar uma língua. O texto apresenta reflexões ao fazer um levantamento sobre os estudos dedicados ao mirandês, língua falada por aproximadamente 3.500 pessoas no norte de Portugal, e atesta significativa escassez de pesquisas sobre a língua em programas de Mestrado e Doutorado, o que evidencia que o contexto acadêmico também pode contribuir para o enfraquecimento e falta de visibilidade de línguas minorizadas.

Em “LÍNGUAS CULTURALMENTE VIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS”, o leitor encontrará a proposta de uma diferenciação conceitual entre *Línguas Culturalmente Vivas* – aquelas classificadas como ‘línguas extintas’ ou ‘fortemente ameaçadas de extinção’, mas identificadas em práticas culturais e/ou educativas e *Línguas Linguisticamente Vivas* – utilizadas nas comunicações interpessoais diárias em uma comunidade de fala. O texto apresenta relatos de experiências na formação de professores indígenas que vivenciam diferentes experiências quanto ao uso ou não de suas línguas maternas e, quando não falantes, detentores de uma *Língua Culturalmente Viva*, o que trará

ao leitor, também, uma maior compreensão sobre o quadro sociolinguístico de algumas línguas indígenas faladas no Brasil.

Acreditamos que a leitura desse Dossiê propiciará a todos uma reflexão importante sobre propostas de revitalização, retomada/resgate e fortalecimento das línguas indígenas no Brasil. A todos, uma boa leitura, inspirando-nos a novos esforços para que aconteçam verdadeiramente as revitalizações e retomadas das línguas politicamente apagadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: UNB, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 17. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Publicações, 1988.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen, Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. Línguas indígenas e Português: Contato ou conflito de línguas? Reflexões acerca da situação dos Mawé. In: SILVA, Sidney de Souza (Org.). *Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011. p. 41-72.

HALLIDAY, M. A. K, MATTHIESEN, Christian M. I. M. *An Introduction to Functional Grammar*. 4. ed. London: Routledge, 2014.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 9, n. 1, 1993, pp. 83–103.